

MOÇÃO DE REPÚDIO

Nós assistentes sociais, reunidas e reunidos no 52 Encontro Descentralizado da Região Sul na cidade de Porto Alegre-RS, viemos por meio desta moção de repúdio denunciar às violências perpetradas às comunidades indígenas Ava-Guarani do Oeste do Paraná, conforme a seguinte situação ora expressa:

As comunidades indígenas Ava-Guarani do Oeste do Paraná, desde 2012, lutam em um processo de retomada do seu território ancestral por conta do alagamento de suas áreas pela construção da Usina de Itaipu. Desde então, embate e ataques de fazendeiros/ ruralistas tem se intensificado, principalmente em Guaíra e Terra Roxa no Paraná.

Os povos indígenas sofrem ataques que afetam diretamente a sua saúde mental, bem como dos trabalhadores que atuam diretamente com essas famílias. Desde o ano passado, suicídios, feminicídio e assassinatos brutais tem ocorrido, camuflados como outros conflitos, sem levar em consideração as questões de retomada do seu território, que se configura como o principal ponto de ataque, revelados também como resquícios de racismo.

Em março de 2025, Marcelo Ortis de 33 anos, indígena foi decapitado e exposto em via pública de passagem para área de retomada, no dia em que aconteceria um evento interno sobre saúde mental, demonstrando um aviso a essas movimentações em território de ocupação.

Recentemente, no dia 12 de julho de 2025, um jovem Éverton Lopes, de 21 anos, filho do cacique, foi decapitado e exposto com uma carta com diversas solicitações em nome de uma facção, contudo, o pedido principal era "saída das terras", demonstrando mais uma vez que a luta pelo território perpassa outras nuances tidos como conflitos por drogas. Além disso, ameaçaram a força nacional (entidade que faz a segurança dos povos indígenas) e ameaçaram tocar fogo nos ônibus que levam as crianças as escolas públicas, causando pânico e terror nessas famílias.

Diante do exposto, fica a inquietação a tamanha brutalidade, racismo, conflito por terra e violências sofridas cotidianamente pelos povos originários do oeste do Paraná. Órgãos públicos, privados e filantrópicos que atuam nas comunidades Ava-Guarani e acessam cotidianamente as Tekohas, qual a contribuição real às famílias durante esses acontecimentos? Como ficam a saúde dos/as trabalhadores/as que atuam com essas comunidades? (Assistentes Sociais, Psicólogos, Agrônomos, Zootecnistas, dentre outros...)

O reconhecimento territorial é imprescindível para que as comunidades tradicionais possam exercer um papel ativo na gestão do seu espaço, enquanto resistência ao agronegócio e violência de latifundiários.

Nós, do Comitê de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo e da Luta Anticapacitista do Conselho Regional de Serviço Social do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina e do Encontro Descentralizado do Conjunto CFESS/CRESS (Região Sul) reconhecemos como inaceitável e exigimos dos órgãos de controle e de justiça que o crime ocorrido seja investigado e os envolvidos possam responder por seus atos, no rigor da lei.

Sugestão para envio:

- CAOP Direitos Humanos MPPR;
- CAOP Assistência Social MPPR
- CAOP Criança e Adolescente MPPR
- Defensoria Pública do Paraná;
- Tribunal de Justiça do Paraná.
- Comissão de Direitos Humanos ALEP;
- Ministério dos Povos Indígenas;
- Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial;
- Conselho Municipal de Guaíra e Estadual do Paraná de Assistência Social;
- Secretaria Especial de Saúde Indígena SESAI;
- Ministério dos Direitos Humanos